

HISTÓRIA E FICÇÃO*

Krzysztof Pomian

*Tradução: Marina Maluf***

*Revisão técnica: Eveline Bouteiller****

Não há história sem a consciência de uma fronteira entre o reino da realidade e o reino em que a ficção exerce seus plenos poderes. Fronteira móvel, com certeza, cuja demarcação, geralmente difícil a estabelecer em todo seu percurso, impõe aos historiadores uma vigilância extrema e os obriga a reforçar constantemente as defesas. De fato, seria suficiente que essa fronteira se apagasse para que a história, expropriada de sua identidade, se visse anexada, na categoria de uma província subalterna, ao império das belas-letas; os resultados disso seriam, como veremos, deploráveis para todos. As declarações programáticas dos historiadores e, especialmente, as definições da história que a opõem à fábula ou insistem sobre seu elo consubstancial com a verdade pontuam a trajetória da disciplina no Ocidente, pelo menos desde a época de Isidoro de Sevilha até a de Voltaire.

A partir do século XVII, a história erudita começa a se atribuir o estatuto de ciência, de saber fundamentado no conhecimento do passado por intermédio das fontes, reivindicando, por isso, o benefício de uma certeza racional. Esse estatuto lhe será outorgado, não sem combates, tanto pelas instituições de pesquisa e de ensino superior, quanto pelos estados e opiniões públicas. Paralelamente, na própria prática dos historiadores, e isso desde a alta Idade Média, qualificar uma narrativa¹ de fábula é negar a seu objeto a realidade e, conseqüentemente, bani-lo da história. A recíproca é igualmente válida: provar o caráter fictício de um objeto é recusar ao texto que dele trata a pertença à história, relegando-o assim ao campo das fabulações. Exatamente como hoje. As reiteradas tentativas para demonstrar que as câmaras de gás jamais existiram fornecem, com seu caráter odioso, uma ilustração particularmente marcante.

Certa escola filosófico-sociológico-psicanalítico-literária nascida nos anos 1960, esforça-se, sem jamais proclamá-lo claramente, em apagar a fronteira entre história e ficção, tratando a primeira como se ela não diferisse em nada da segunda. Nessa perspectiva ficcionalista, a história é um ramo da retórica: ela tem apenas uma dimensão, que é a da escrita, e os procedimentos utilizados pelos historiadores, pretensamente para tornar suas afirmações controláveis, desempenham um único papel, que é o de fazer com que os leitores creiam na veracidade da narrativa que eles propõem. A tese, em si, não é nova, e a história já viveu mais de uma crise desse tipo. Mas isso não diminui em nada sua acuidade presente.

Primeiramente porque o destino da história está diretamente ligado, neste caso, ao da ciência, objeto de manobras análogas, que visam mostrar que as afirmações que ela enuncia não passam de produções sociais destinadas, principalmente, se não mesmo exclusivamente, a fortalecer o poder de seus autores. Em seguida, porque todas essas desconstruções deslegitimam a própria idéia de verdade. Se a história não passa de uma fábula e a ciência, de um meio de dominar os homens, não há lugar para a verdade como adequação do saber ao real, e a idéia de verdade assim compreendida aparece como uma mistificação – a mistificação por excelência. Por todo o tempo em que a verdade conservar esse estigma, por todo o tempo em que a própria palavra verdade continuar a aparecer como esse termo vergonhoso e inutilizável em que ele se transformou para alguns há cerca de 25 anos, estaremos sempre à sombra do ceticismo niilista que alguns acreditam já terem deixado para trás. História e ficção: velho como a própria história, o problema das relações entre ambas traz consigo, hoje, uma interrogação fundamental para o futuro da filosofia e do conhecimento.

Em relação ao romance histórico

Lembremos, para iniciar o assunto, alguns romances históricos: *O nome da rosa*, de Umberto Eco, ou ainda alguns espécimes mais antigos do gênero: as obras de Walter Scott; *Notre Dame de Paris*, de Victor Hugo; *Guerra e paz*, de Leon Tolstói; ou *Quo vadis?*, de Henryk Sienkiewicz. Enunciemos agora uma evidência que só revelará sua importância mais tarde: todos esses romances se apresentam, à primeira vista, como romances. Eles se apresentam como tal em razão da ausência das marcas tipográficas de historicidade, das quais voltaremos a falar, mas também porque são publicados por certos editores, em certas coleções, com certas capas que nós, leitores, sabemos reservadas às publicações romancescas. Além disso, pelo que se saiba, ninguém jamais deixou de lhes atribuir a qualidade de

romances. Nesse sentido, tais obras permitem, melhor do que quaisquer outras, iniciar uma reflexão sobre as relações complicadas e variáveis que a história entretém com a ficção quando ambas compartilham o mesmo objeto, sem que seja necessário, previamente, perguntar-se por onde passa a fronteira entre a primeira e a segunda – questão que, nesse estágio e dessa forma, ainda não poderia receber respostas satisfatórias.

Em todo romance reconhecido como histórico, a intriga se situa no passado. Assim, o autor esmera-se em tornar o leitor consciente de que uma distância temporal o separa do mundo onde se desenvolvem as peripécias que está seguindo. Por outro lado, todo romance reconhecido como histórico pretende descrever um passado vivido efetivamente por homens. Testemunho disso é o recurso, por parte do autor, a elementos que não se apresentam como inventados, mas como emprestados de uma realidade extra-romanesca. Assim, pelo menos alguns dos lugares que servem de cena podem ser encontrados num mapa, num terreno ou num relato de viagem e eles são descritos no estado em que supostamente existiam na época em que se situa a intriga. O mesmo se dá com as instituições políticas, culturais, econômicas, sociais, com os costumes e as crenças coletivas. Com os acessórios: roupas, armas, jóias, ornamentos, obras de arte, moedas, pesos e medidas, ferramentas, utensílios, imóveis, meios de transporte, animais domésticos e selvagens, etc. são também descritos tais como se pensa que foram. E isso é válido igualmente para os comportamentos dos personagens, heróis e coadjuvantes, de quem se destaca a conformidade com os comportamentos adotados à época da intriga, em circunstâncias análogas, pelos personagens retratados por contemporâneos.

Isso é válido, finalmente, para a psicologia: as motivações dos personagens, seus sentimentos, certezas e dúvidas, angústias e esperanças, bem como a maneira de viver de cada um e suas relações com os outros. O amor cortês posto em cena num romance que se passa no século XII difere do amor galante de um romance do século XVI e do amor burguês do século XIX; o mesmo em relação ao ódio e à amizade, à alegria e à tristeza, à curiosidade e à credulidade. Nos romances incontestavelmente reconhecidos como históricos, os deslocamentos temporais afetam tanto o visível quanto o invisível, tanto a “exterioridade” quanto a “interioridade”. Efeito que o autor obtém exercendo um controle especialmente vigilante em relação à língua, da qual certos termos são eliminados a fim de evitar anacronismo e na qual, ao contrário, são objetos de todas as honrarias os fraseados e as palavras caídos em desuso, às vezes, há muito tempo.

Os deslocamentos temporais assim assegurados, com frequência completados por indicações temporais diretas – datas ou referências a personalidades famosas ou a acontecimentos conhecidos –, satisfazem enfim uma condição que, para ser evidente, nem por isso pode deixar de ser enunciada, pelo fato de ter uma importância capital. Em todo romance

histórico, os lugares são compatíveis com os acontecimentos, as instituições e as crenças com os comportamentos, as opiniões professadas com os objetos, a vida íntima com o meio exterior. Em uma palavra: todos os deslocamentos temporais formam um feixe coerente. Não obstante, há romances que localizam nas ilhas Fidji acessórios provenientes do antigo Egito, instituições da China da dinastia Ming, comportamentos da Idade Média ocidental, a gíria da quadrilha de ladrões parisienses do final do século passado e a psicologia de nosso tempo. Mas os romances construídos segundo esses princípios não são romances históricos. Eles pertencem ao registro do humor e da paródia.

Obra de ficção, ainda que não seja exclusivamente ficção, como acabamos de ver, todo romance histórico põe em cena heróis imaginados por seu autor e mergulhados nas aventuras que ele inventou. Entre as convenções romanescas e os procedimentos que permitem a inscrição da intriga na história, o autor é obrigado a estabelecer, em cada caso, certos compromissos em função de seus objetivos. Assim, por exemplo, não se faz com que personagens falem utilizando a língua que supostamente praticavam no cotidiano, caso isso represente um risco de tornar o romance incompreensível. Antes, pode-se arcaizar um pouco, deslizando-se algumas palavras de uma língua estranha e expressões características; são utilizadas, pois, alusões ou evocações suficientes para suscitar um certo estranhamento lingüístico e provocar, assim, no leitor, o sentimento de uma diferença entre a língua que ele emprega e a dos personagens romanescos. De maneira semelhante, para evitar o risco de tornar o romance ilegível tentando fazer dele uma enciclopédia da época em que se desenvolve a intriga, na maioria dos casos, o autor limita-se a exemplos, isto é, mais uma vez, apenas a alusões e evocações que permitem indicar, sem que o texto se torne pesado, as diferenças entre as maneiras presentes e passadas de se vestir, alimentar-se, viajar, guerrear e amar. Sempre em busca de um equilíbrio entre a metáfora que domina a narração romanesca e a metonímia que reina sobre a história, o romance histórico opta pela sinédoque.

À parte isso, tudo se passa como se cada romance reconhecido como romance histórico respeitasse, a sua maneira, pelo menos três exigências: deslocar no tempo, em direção ao passado, as instituições, os acessórios, as crenças, os costumes, etc.; adequar a psicologia dos personagens à época em que supostamente viveram; enfim, a exigência mais geral de tornar coerentes todos os deslocamentos temporais efetuados. Do que dependem essas exigências? O que pressupõem nos leitores de romance? De onde vem seu caráter restritivo para alguém que aspire a escrever um romance histórico?

Consideremos o último *best-seller* do gênero: *O nome da rosa*. Ele se destina manifestamente a leitores aos quais Umberto Eco supõe o prazer de seguir o jogo duplo da história e da ficção, de um lado, e do presente e do passado, de outro. A leitores, portanto, para os quais

o passado é, em primeiro lugar, um objeto de conhecimento, e que são creditados de um saber, no caso específico, sobre o século XIV: sobre o conflito entre o papado e o Império e o papel desempenhado por Ockam e seus amigos; sobre a história agitada da ordem franciscana e dos *fraticelli*; sobre a invenção dos óculos e a produção dos manuscritos, supostamente possuidores desse conhecimento e supostamente apegados a ele. Os leitores visados por Eco exigem, presumidamente, dessa ficção, que ela seja plausível e que, sobretudo, não entre em contradição com os resultados atuais do conhecimento, mas que nele se integre sem sutura visível, como se não se tratasse de uma ficção; ao mesmo tempo, eles exigem que ela multiplique as piscadas de olhos e os indícios que a desvendam como ficção.

Isso é ainda mais evidente no caso do filme realizado por Jean-Jacques Annaud a partir do romance de Eco, com sua ficha técnica em que aparecem os nomes de vários medievalistas eminentes que vêm autenticá-lo por sua autoridade magistral, como na própria Idade Média uma assembléia solenemente reunida autenticava uma crônica. A realização desse filme exigiu o investimento de quantias consideráveis para a caracterização dos lugares, dos acessórios, dos comportamentos e até da aparência física dos personagens, para que tudo adquirisse a marca indubitável do século XIV. Por sua vez, a campanha publicitária insistia com veemência na pesquisa feita pelo diretor do filme para obter a conformidade entre as imagens e os dados da história. Diversos meios foram utilizados para despertar, num público tão grande quanto possível, a expectativa por uma intriga imersa na história e respeitosa dos ensinamentos da história. Mas que, nem por isso, deixa de ser uma ficção.

O sucesso do romance de Eco, bem como o do filme de Annaud, deve-se, em parte, à capacidade de satisfazer a essa expectativa. Por outro lado, e não menos relevante, tal sucesso deve-se também à adequação dessas obras ao clima dominante na opinião não somente italiana, mas ocidental, a partir do final dos anos setenta, clima marcado pela crise do futuro: desencanto em relação às utopias, recusa das ideologias, desmantelamento do mito revolucionário, dessacralização da violência. Tudo isso culminou, como sempre após um período de profunda desordem, em uma reafirmação da continuidade e da identidade. Daí uma explosão do interesse pela história e pela memória – e um ressurgimento da religião –, a transmissão das obras herdadas do passado surgindo, talvez mais do que a criação de obras originais, como constitutiva da própria essência da cultura. Situado na Idade Média, época novamente privilegiada, agora como tempo da memória e da religião, o romance de Eco – intriga policial num *scriptorium*, na qual está em jogo um livro perdido da *Poética* de Aristóteles – expressa, numa perspectiva política de esquerda e de uma forma acessível ao leitor comum, a obsessão com um perigo que ameaça o atlas cultural do Ocidente e, assim, a própria identidade ocidental.

Tudo isso não deixa de apresentar analogias com certos episódios que pontuam o passado do romance histórico. Como se sabe, o gênero foi criado por Walter Scott, cujo primeiro verdadeiro *best-seller*, *Waverley*, apareceu em 1814. Nessa data, o romance gótico festejava seu quinquagésimo aniversário; o primeiro do gênero, *Castle of Otranto*, de Walpole, publicado em 1764, cinco anos após os poemas de Ossian, fora seguido por diversos outros, entre eles os romances célebres de Mme. Anne Ward Radcliffe. A moda do *gothic*, manifesta no mobiliário, na decoração, nas ilustrações de livros, na pintura e nos monumentos dos jardins, esporadicamente também na arquitetura, como, por exemplo, Strawberry Hill e Fonthill Abbey, já durava há quase um século. E o interesse da historiografia britânica pela Idade Média já durava pelo menos 150 anos. Durante esse período, os especialistas em antiguidades haviam publicado diversos volumes de documentos, crônicas e trabalhos eruditos. Em resumo, era suficientemente grande o número de leitores que não ignoravam nem a geografia da Inglaterra e da Escócia medievais, nem a aparência dos objetos então utilizados, nem os hábitos e costumes daquela época. O próprio Scott era amigo de vários especialistas em antiguidades escoceses e escrevia para esse público, que ele conseguia satisfazer mais do que os autores dos romances góticos, pois cria o cenário e assenta seus personagens à semelhança daqueles dos quais fala a história.

O mesmo se passou na França, onde *Notre Dame de Paris*, de Victor Hugo, apareceu depois de aproximadamente dois séculos de pesquisas sobre a Idade Média, se contarmos a partir da época de André Duchesne. Depois de Thierry, dos célebres cursos de Guizot e da *Collection des mémoires relatifs à l'histoire de France* (Coleção de dissertações relativas à história da França). Depois da voga da pintura *troubadour*, das *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France* (Viagens pitorescas e românticas na antiga França), depois, sobretudo, de quarenta anos de interesse pela arte medieval, traduzida, inicialmente, pelo museu de Lenoir, em seguida pelas atividades das sociedades provinciais e, finalmente, pelo aumento das coleções particulares de objetos originários da Idade Média, por exemplo, a coleção parisiense de Du Sommerard, muito conhecida e visitada a partir de 1820. A isso vem se juntar a conjuntura ideológica pós-revolucionária animada – como na Grã-Bretanha de Walter Scott, onde se tratava, todavia, menos de revolução política que de revolução industrial – pela esperança de uma solução pacífica para o conflito institucional e social no âmbito de uma comunidade consciente de sua própria identidade e, portanto, de sua diferença em relação a todas as outras, uma comunidade unida pelas tradições e cuja continuidade, aliás, ela teria sabido restabelecer. Posto que o passado próximo se presta mal a tal uso, é o passado longínquo que é encarregado, aos olhos do país, de ensinar as vias em direção ao futuro. Daí a valorização da Idade Média, cujos vestígios são interpretados em função dessa esperança, e que alguns admiram como época nobiliária e religiosa, outros como época monarquista e popular, e tudo isso porque tal passado é nacional.

É inútil multiplicar os exemplos. Pois os que acabamos de sobrevoar já demonstram que o gênero literário do romance histórico pressupõe leitores dotados de uma consciência e de um saber históricos. Uma consciência histórica, isto é, uma representação, ainda que muito vaga, do futuro que, imagina-se, sucederá o presente; ela condiciona a representação do passado suscetível de ser, para esses leitores, um pólo de identificação. Um saber histórico, isto é, um conjunto de afirmações tidas como constatações de fatos e, supostamente, procedentes de um conhecimento do passado. A consciência histórica fornece um quadro geral no interior do qual os fatos adquirem um sentido, e ela projeta os valores sobre a seqüência de acontecimentos, de pessoas, épocas, atribuindo a alguns elementos das épocas passadas uma grande importância, e tratando outros como insignificantes ou, ainda, conferindo-lhes ora a posição de modelo, ora o de exemplo a evitar. O saber histórico preenche esse quadro, sem que haja jamais coincidência entre ambos. Os fatos são sempre, a um só tempo, insuficientes e numerosos, faltam alguns para confirmar certas hipóteses, sobram outros que, aparentemente, não servem para nada. Mas as relações da consciência histórica com o saber histórico não poderiam ser esclarecidas aqui. Basta dizer que uma não existe sem a outra, que as duas assumem formas que variam no tempo e que suas mudanças se influenciam reciprocamente.

Obra de ficção que se apresenta como tal, o romance histórico parece, à primeira vista, não ter nenhuma necessidade de um saber histórico. Entretanto, e acabamos de ver, ele o pressupõe constantemente. Seria praticável ver nisso um simples dado que poderia muito bem ser descartado? Ou isso desvela um aspecto essencial das relações entre história e ficção? Examinemos um romance que fala do presente de seus leitores. Como ele pode indicar-lhes isso sem multiplicar as referências ao que eles vêem e escutam e a seu saber perceptivo? E como é possível indicar aos leitores que os acontecimentos narrados se produziram supostamente ao longe, sem a introdução de paisagens e usos característicos desses lugares distantes que conhecemos, seja pelo fato de termos viajado, seja porque, ao menos, informamo-nos disso pela leitura de relatos de viagens ou pelo acesso a fotografias e filmes? Da mesma forma, para indicar que a intriga se situa no passado, em tal país, tal época, o autor de um romance histórico dispõe de um único meio: apelar para as lembranças de seus leitores, quando se trata de um passado próximo ou, então, quando se trata de um passado longínquo, para o conhecimento oriundo de narrativas, documentos e vestígios materiais que procedem da época em questão, isto é, apelar para o saber histórico.

Apenas uma ficção pura pode permanecer fechada sobre si mesma. Mas uma ficção pura não tem nenhuma localização espacial e temporal; ela cria, antes, um espaço e um tempo que lhe são próprios e os preenche com objetos e seres que, por princípio, não se assemelham a nada. Entretanto, a partir do momento em que ela aspira se inscrever na

realidade, ela só pode escolher uma das modalidades acessíveis ao conhecimento à nossa disposição. São elas: a percepção e a linguagem usuais convocadas pelos autores dos romances realistas, a quantificação estatística posta em uso pelos escritores naturalistas, a introspecção que alimenta os romances psicológicos, a observação-experimentação que desempenha o mesmo papel na ficção científica e a reconstrução do passado praticada pelos romances históricos. É evidente que um mesmo romance pode mobilizar os dados de diversas modalidades do conhecimento, e no século XX isso é bastante freqüente.

Conclui-se que o romance, como gênero literário, mesmo reivindicando seu pertencimento à ficção, não se deixa encerrar completamente nela. Pois, nele, a imaginação criadora coabita quase sempre com o conhecimento, a ficção com a realidade, a invenção com a verdade (é possível mesmo se perguntar se a presente crise do romance europeu, especialmente a do romance francês, não resulta do abandono, pela maioria dos escritores, à aspiração de fazer com que seus leitores aprendam algo, a fim de diverti-los sem muito trabalho; mas deixemos de lado essa questão). Essa constatação de uma dualidade ao mesmo tempo ontológica e epistemológica do universo representado nos romances acarreta uma precisão terminológica importante: será necessário, doravante, distinguirmos cuidadosamente as narrativas ficcionais ou obras de ficção das obras literárias ou romanescas, de forma que o que vale para umas não vale, necessariamente, para as outras. Essa constatação acarreta, por sua vez, um corolário: que o fato de o romance histórico pressupor um saber histórico é mais do que um simples dado sem importância. Isso se relaciona à impossibilidade capital de falar de uma realidade, seja ela qual for, a não ser por referência aos dados do conhecimento correlato. E, principalmente, à impossibilidade de falar do passado sem recorrer ao saber histórico do qual ele é um objeto. A fábula precisa, portanto, da história; a imaginação, do conhecimento, e a ficção, da verdade. Seria recíproco?

Contra o ficcionalismo²

Narrativas que se consideram históricas e que pretendem explicar uma realidade passada deixam-se dividir em duas grandes categorias, segundo tratem do passado próximo do autor, ou de um passado longínquo, isto é, de coisas das quais ele não pôde participar, nem como testemunha ocular. À primeira categoria pertencem as autobiografias e as memórias, esses relatos do que aconteceu aos próprios autores, do que eles sentiram, viveram, viram, leram ou escutaram no passado. A segunda, mais diversificada, contém as biografias dos indivíduos e os relatos de momentos extraordinários, das origens ou mudanças bruscas, quer se tratem de acontecimentos, de revoluções, de declínios ou desapareci-

mentos; contém, igualmente, as descrições de trajetórias: histórias no sentido tradicional do termo, que contam as vicissitudes relativas a seu assunto de tal a tal data, ou colunas de algarismos em que cada um corresponde a um segmento do tempo ou a *graphes*³; monografias das formas de instituições, unidades territoriais, atividades, usos e costumes, opiniões, crenças; as análises das relações entre grupos étnicos, confessionais, profissionais, de nações, classes, raças, faixas etárias, sexos; as obras de síntese, enfim, que tentam integrar numa narrativa coerente todas essas abordagens ou apenas algumas, desvendando os elos entre os fatos históricos pertencentes aos diferentes tipos.

Uma terceira categoria de narrativa histórica, que não se reduz às duas precedentes, é o museu, cuja exposição temporária é um caso especial. A narrativa consiste, aqui, na organização de um percurso ao longo do qual diversos objetos e textos *falam* ao mesmo tempo: comentários, designações e explicações, expostos juntamente com os objetos. Esses são geralmente distribuídos numa certa ordem que os organizadores se esforçam por tornar perceptível, apreensível pelo olhar. Assim, num museu arqueológico, mostram-se inicialmente as pedras rudimentarmente talhadas, em seguida as que são um pouco mais aprimoradas e, finalmente, as pedras polidas, para só então passar aos metais: bronze, ferro. Conta-se dessa forma, ao mesmo tempo em que ela é vista, a trajetória percorrida pelas matérias e pelas técnicas.

Mas é igualmente possível organizar os objetos de forma que eles contem a vida de um indivíduo (Victor Hugo), um momento singular da história (a Revolução francesa), uma instituição (a Marinha ou os Correios) ou as relações entre classes (certos complexos industriais fechados e tombados). O museu reproduz, assim, todas as formas da narração histórica, à medida que expõe os vestígios correspondentes a todos os tipos de fatos mostrados. Ora, a fim de que o objeto de exposição seja realmente apreendido, é necessário, entre outras coisas, orientar previamente o olhar do espectador, fazer com que ele saiba quais, em meio a tão numerosas características de objetos expostos, ele deve reter como pertinentes. Esse papel pertence aos textos, que trazem de fato uma enorme quantidade de informações que os objetos, sozinhos, não poderiam fornecer: sobre os lugares em que foram encontrados, sua datação, a origem dos materiais com que foram fabricados, as técnicas para isso utilizadas, a que grupo pertencem, a que indivíduo, e também sobre outras características que, apesar de invisíveis, nem por isso devem deixar de ser consideradas a fim de que o sentido atribuído a cada objeto não seja arbitrário.

Na variante museográfica da narração histórica, o texto não é, portanto, auto-suficiente, não é autônomo, em relação ao objeto sobre o qual faz um comentário. A leitura acompanha, aqui, o olhar. Ela o informa e orienta, mas não o substitui. Olha-se, o olhar suscita questionamentos, lê-se, olha-se novamente. Entra-se no texto da mesma forma que se sai.

Entra-se nele para sair, para que ele seja confrontado freqüentemente com um ou mais objetos, às vezes até mesmo com uma imagem, um mapa, um *graphie*. A freqüência de pronomes demonstrativos e de sinais remissivos – algarismos que correspondem aos inscritos sobre os objetos ou signos icônicos diversos – demonstra que o texto comporta, nesse caso, o alvo ou a intenção de conduzir o leitor a interromper sua leitura e a substituí-la ora por uma outra leitura, ora por um ato de percepção. Ora, tal alvo ou intenção não consta das obras de ficção. Se por acaso se manifesta nelas, o que ocorre raramente é que a ficção quer se fazer passar por uma narração histórica ou científica e desvenda, desde que sigamos suas sugestões concretas, sua incapacidade para programar o encontro com um objeto que se deixa apreender pelo conhecimento numa de suas numerosas modalidades. Tal desígnio ou intenção está presente, ao contrário, em toda narração histórica, a ponto de ser mesmo um traço distintivo, imediatamente identificável.

Toda narrativa histórica comporta de fato elementos, signos ou fórmulas que devem, supostamente, conduzir o leitor para fora de seu texto; sinais ou fórmulas que apontam na direção de uma realidade exterior à própria narrativa, se não extratextual, assinalando que a narrativa que os contém não pretende ser auto-suficiente. Que ela pretende, de um lado, proceder a atos de percepção, leitura, observação, reconstrução ou quantificação. E que pretende, de outro lado, ser composta de afirmações que podem ser controláveis por operações que precisaremos logo mais. São esses signos e fórmulas que designamos pelo nome de marcas de historicidade. Eles podem aparecer indissolivelmente integrados ao próprio texto da narrativa. Podem também se inscrever na apresentação material da obra e, especialmente, em sua tipografia. Em todos os casos, como primeiros indicadores do caráter da narrativa, eles permitem que o leitor a classifique, logo de início, entre as histórias, ainda que seja necessário rever seu julgamento após um exame mais aprofundado.

Assim, os autores de autobiografias e memórias citam documentos com freqüência, para justificar suas alegações e, procedendo dessa forma, convidam os leitores a verificar as citações. Eles dizem também, ainda com maior freqüência, que viram, ouviram, leram ou observaram isto ou aquilo, e todas essas afirmações devem inspirar a confiança do leitor, precisamente por tornarem possível um controle. Cada um sabe, de fato, sem que seja necessário fazê-lo por si mesmo, que se pode tentar verificar se o autor, que afirma ter visto tal acontecimento, encontrava-se realmente presente no momento e no lugar em que o mesmo se produziu, e se ele estava em condições de vê-lo tal como o descreve. Sabe-se também que é possível verificar se um documento, apresentado como emitido por uma ou outra instituição, em certa data, existe realmente. Não nos cabe perguntar aqui se tais tentativas ocorrem, nem que grau de certeza pode-se atribuir, razoavelmente, aos resultados que elas obteriam. Importa-nos apenas a obrigação, por parte daquele que possa que-

rer empreendê-las, de ler outras narrativas além daquela que tem a intenção de verificar, a obrigação de estudar uma documentação, de esquadrinhar certos objetos, olhar certas imagens ou visitar certos lugares.

Nas obras que se consagram ao passado longínquo, as marcas de historicidade são diferentes. Nelas encontra-se, com maior frequência, chamadas de notas, remissões ao pé da página onde se encontram as referências a dado livro ou artigo, tais arquivos, tal peça de museu. Referências que significam, por sua vez, que o leitor tem toda liberdade para consultar esse livro, esse artigo, tal arquivo ou peça de museu para, segundo o caso, ler, olhar ou observar ele mesmo e verificar, assim, confrontando suas conclusões com as do autor. Às vezes, o leitor encontra na própria obra as fotografias, os mapas, as plantas ou as curvas, que ele pode estudar e comparar, caso queira refazer passo a passo o percurso que levou o autor a enunciar esta ou aquela proposição. Às vezes, a obra permite ao leitor o acesso a documentos originais ou dados de base e fórmulas cuja aplicação conduziu a resultados numéricos concretos ou à elaboração de *graphes*. Às vezes, protocolos de experimentos são comunicados ao leitor. Todos esses procedimentos querem demonstrar que percepção, leitura, observação, reconstrução, quantificação, todos esses atos cognitivos no fundamento das afirmações de um autor que fala do passado longínquo podem ser reproduzidos por qualquer leitor competente, e mostram que eles levam a afirmações idênticas às suas, a não ser por algumas insignificantes variantes. Não nos cabe, repetimos, pronunciar-nos aqui sobre a validade de tal postulado. O que nos interessa é unicamente a obrigação, para aqueles que o levam a sério, de reconhecer realidades exteriores ao texto em questão.

Considera-se histórica uma narrativa quando ela apresenta marcas de historicidade que certificam a intenção do autor de permitir que o leitor saia do texto e quando essas marcas programam as operações supostamente aptas a permitir a verificação das alegações feitas ou a reprodução dos atos cognitivos dos quais tais alegações são a finalização. Em suma: uma narrativa é considerada histórica quando exhibe a intenção de submeter-se a um controle de sua adequação à realidade extratextual do passado do qual trata. Mas para que uma narrativa seja reconhecida como histórica, é preciso também que essa intenção não seja vazia. Isso quer dizer que as operações de controle que ela programa devem poder ser realmente executadas por todo leitor competente, a menos que a impossibilidade de executá-las seja resultante de acontecimentos ocorridos após a redação (destruição de arquivos, por exemplo, ou perda, roubo, ou outros acidentes da mesma natureza).

Se, entre dezenas de cotas de arquivos, existe uma, que não corresponde a nada, admitimos que há um erro de transcrição da cota ou que o autor se enganou. Se todas as referências de uma narração são inexistentes, seu autor cita livros jamais escritos, revistas ausen-

tes de todos os catálogos, arquivos que não guardam nenhum depósito e peças desconhecidas de todos os museus, afirmamos com certeza estarmos diante de uma obra de ficção. Existem narrativas cujo pertencimento é difícil de estabelecer, e outras em que a fronteira entre a história e a ficção é uma fronteira interna que separa, ao longo de um traçado sinuoso, os parágrafos, senão as frases. Em sua grande maioria, a crítica consegue resolver tais problemas. E os raros casos sem solução não bastam para invalidar a tese segundo a qual as narrativas ficcionais sobre o passado diferem das narrativas históricas precisamente pelo fato de que as primeiras não permitem a saída do texto e um controle de sua adequação a uma realidade extratextual e, na maioria dos casos, realmente não convidam o leitor a fazê-lo, ao passo que as segundas convidam-no sempre e, regra geral, permitem que o faça.

Isso dito, percebe-se logo uma afinidade entre a narração histórica do passado longínquo e a narração científica. Pois essa última, igualmente, assinala ao leitor, por meio de marcas apropriadas, que ele pode sair do texto, e programa operações que, supostamente, permitem o controle de suas afirmações. É verdade que as marcas de historicidade diferem, salvo em algumas áreas, das marcas de cientificidade. Por uma razão evidente: os atos cognitivos dos quais procede a narração científica dependem da observação-experimentação ou da demonstração matemática, enquanto a narrativa histórica apresenta os resultados de uma reconstrução. Elas diferem, portanto, umas das outras, em virtude de seu estatuto epistemológico. Nem por isso umas e outras deixam de conduzir à colocação das mesmas questões: é legítimo tratar as narrações histórica e científica como se fosse possível negligenciar a abertura de ambas sobre realidades extranarrativas? É legítimo tomar as marcas de historicidade e de cientificidade como simples procedimentos retóricos utilizados no intuito de ganhar a confiança do leitor? É legítimo estudar a narração histórica ou científica sem considerar os atos cognitivos dos quais ambas procedem e que, supostamente, o leitor de cada uma poderia reproduzir, à condição de dominar as competências idôneas? Ou para dizer isso de outra forma: é legítimo apagar entre essas narrativas e as narrativas ficcionais toda a demarcação ontológica, admitir tacitamente que elas instauram uma relação idêntica com o real e ver apenas naquilo que as distingue os sinais de pertencimento a gêneros literários diferentes? Tais questões seriam puramente enfáticas, se não revelassem os contornos de uma atitude muitas vezes adotada diante das narrações históricas e científicas por especialistas dos estudos literários, por filósofos, sociólogos e até mesmo por historiadores. Os primeiros, inspirados pelo postulado atribuído a Saussure, segundo o qual se deve considerar uma língua por si mesma e em si mesma, isolam, às vezes, as narrativas de toda e qualquer realidade extratextual, interessando-se apenas por suas propriedades intrínsecas. Tal abordagem, discutível até mesmo quando aplicada a

ficções cujas correspondências com estados oníricos ou alucinatórios são relevantes ou no caso de ficções, ao contrário, calcadas sobre certa percepção do mundo ambiente ou até mesmo sobre uma tradição oral, torna-se altamente contestável no caso de narrações apresentadas como históricas ou científicas, cuja pretensão a serem abertas ao exterior contradiz explicitamente o postulado pseudo-saussureano inicial. Este, uma vez admitido, leva à rejeição dessa pretensão, ao mesmo tempo em que elimina qualquer fronteira entre essas narrações e a ficção, com exceção daquela que separa os diferentes gêneros literários. Mas tal conclusão não poderia suscitar uma adesão sem que se demonstre que a pretensão das narrações históricas e científicas à abertura sobre o exterior é desprovida de fundamento, que ela não passa de um procedimento retórico para fazer com que o leitor creia naquilo que lhe contam. Na ausência de tal demonstração, toda e qualquer aplicação, a narrações históricas e científicas do postulado pseudo-saussureano – recusado, aliás, por inúmeros lingüistas – não passa de uma simples petição de princípio⁴.

Resta saber se se pode levar a sério a pretensão explícita dos autores de obras científicas ou históricas, de falar de uma realidade extranarrativa ou mesmo extratextual. Pois não é nisso, precisamente, que eles nos querem fazer acreditar? E não é também, aliás, aquilo que deve, regra geral, despertar imediatamente nossas suspeitas? E o meio mais seguro de não se deixar iludir não consistiria um deslocamento das questões que se colocam a uma narrativa histórico-científica, de modo a eliminar todas as questões que ela tenta nos impor? É a partir de um tal raciocínio, inspirado pela psicanálise, que se conclui que a única abordagem válida para uma narração, seja qual for, é aquela que busca seu conteúdo latente ou implícito, aquela que se interessa não por aquilo de que fala aparentemente, mas unicamente por quem fala nela, aquela que evacua o problema das remissões a uma realidade exterior em benefício, exclusivamente, do problema de suas relações com o inconsciente do autor.

Mas esse raciocínio só é sustentável caso se admita que é lícito estudar uma narração como se não existisse nenhuma realidade extranarrativa, posição ontológica que não poderia ser adotada sem conseqüências. Ora, tal posição introduz-se sub-repticiamente, sem que nenhum argumento seja apresentado para justificá-la, a não ser uma variante do postulado pseudo-saussureano, cujo caráter falacioso já constatamos. Em compensação, desde que se aceite tal realidade, tem-se não somente o direito, mas literalmente a obrigação de perguntar de que forma se refere a ela a narração que pretende abordá-la. Isso não elimina de forma alguma a problemática de suas relações com a consciência ou inconsciência do autor, do mesmo modo que a recusa do postulado pseudo-saussureano não invalida de forma alguma a exigência de estudar cada narração em si mesma, antes de tornar explícitas suas eventuais relações com o exterior. Entretanto, isso é o bastante

para constatar que nenhum argumento restritivo, seja ele lingüístico ou psicanalítico, impede de se levar a sério a pretensão de uma narração histórica ou científica de falar de uma realidade extranarrativa, e mesmo extratextual, e de tentar confrontá-la com essa realidade a fim de estabelecer se, e em que medida, tal pretensão pode ser reconhecida como válida.

É somente quando se reconhece às narrações uma abertura possível sobre o exterior que a diferença entre as ficções, de um lado, e a história ou a ciência, de outro, pode se tornar um problema epistemológico. Pois ela resulta da pretensão das duas últimas não somente de falar de uma realidade exterior, mas, ainda, de enunciar, contrariamente às primeiras, proposições que possam ser controladas pelos leitores, isto é, verificadas ou reproduzidas por meio dos atos cognitivos dos quais procedem, e, se elas satisfazem a um tal controle, devem, por isso, ser recebidas por quem quer que compreenda seu sentido. Mas não faltam filósofos e sociólogos para observar que, na realidade, as coisas se passam de outra maneira. Um leitor comum não controla a narrativa que lê. Ele não tem nem tempo, nem competências para fazê-lo. Uma narrativa histórica, por exemplo, tem para ele uma autoridade na qual confia, e que ele não prolonga por atos cognitivos. As marcas de historicidade não funcionam, portanto, nesse caso, como um programa de operações de controle. Elas reforçam, ao contrário, a confiança depositada no autor, pois sua presença e sua abundância demonstram que ele está apto a submeter suas afirmações à crítica dos conhecedores, cujo silêncio é então percebido, forçosamente, como uma aprovação. Parece assim que, na realidade da recepção, o que conta numa narração histórica ou científica é a escrita, e que as marcas de historicidade ou de cientificidade desempenham unicamente um papel de procedimento retórico destinado a fazer com que o leitor creia naquilo que lhe contam.

Mesmo se isso é verdade na maioria dos casos, resta saber quais são as conseqüências. Pois também existem leitores que controlam as narrativas pertencentes ao domínio de suas competências. É verdade que jamais se controla tudo. Aliás, nem é o caso de fazê-lo. Em geral, o controle se exerce sobre narrativas que se distanciam daquilo que se acredita conhecer bem, que surpreendem, que colocam em dúvida afirmações aparentemente bem assentadas, que suscitam uma dissonância cognitiva ou, de uma maneira ou de outra, dão prova de originalidade. Mas ainda é preciso dizer que uma mesma narração que se apresenta como histórica pode ser objeto de duas leituras: uma leitura passiva e outra crítica. E que, do ponto de vista epistemológico, a segunda leitura é superior à primeira, à medida que produz efeitos cognitivos públicos, principalmente quando acaba por invalidar a narração em questão.

Constatação aparentemente banal, entretanto contestada, é a afirmação ou a insinuação de que os pretensos controles só servem para justificar a posição social privilegiada

daqueles que monopolizam competências necessárias para praticá-los. Banais, também, essas reduções das competências cognitivas a meros bilhetes de entrada e sinais de pertencimento a uma classe social, e nada mais. Isso significa recusar a própria idéia de competência como domínio, obtido graças a um aprendizado especializado, de técnicas, procedimentos ou operações que permitem perceber de maneira mais acurada, que permitam utilizar uma nomenclatura especializada ou uma sintaxe formalizada, observar por meio de instrumentos, quantificar, reconstruir a partir de narrativas, documentos ou vestígios materiais. Com a idéia de competência, rejeita-se, pois, a validade de todo conhecimento que não seja um conhecimento usual puramente mítico, supostamente acessível a todos, sem aprendizagem. Melhor dizer simplesmente que se rejeita o próprio conhecimento como relação ao real irredutível a relações sociais. Dessa forma, o real se vê negado, também, em nome de um voluntarismo sem limites. E toda diferença entre a história e a ciência ou a ficção é abolida.

Camuflado de diversas formas, um tal maofismo sociológico, herança do maoísmo, simplesmente, sempre causa estragos na filosofia e na sociologia das ciências, influenciando também as disposições de certos historiadores. Inútil lembrar aqui os desastres dos quais ele é culpado. Basta observar que nenhum argumento digno desse nome pode justificá-lo. Posto que é necessário destruir a desigualdade e que somos desiguais diante da matemática, esta deve ser abolida, pois ela serve apenas para assegurar o poder dos matemáticos: não é argumento, é demagogia. O conhecimento é, de fato, desigual e hierárquico. Aquele que deseja uma sociedade igualitária ou mais igualitária do que a nossa deve, evidentemente, levar isso em conta, a menos que deseje também uma regressão geral da civilização. Mas isso significa somente que as relações do conhecimento com a democracia são problemáticas, à medida que o primeiro é encarnado por instituições sociais cujo próprio princípio parece incompatível com o princípio que rege a segunda.

Nem a lingüística, nem a psicanálise, nem a sociologia fornecem, pois, uma razão que obrigue a negar a possibilidade de uma demarcação ontológica entre as narrações históricas e científicas, de um lado, e as narrativas ficcionais, de outro. O que obriga, diga-se de outra forma, a reduzir as primeiras unicamente à escrita, a identificar as marcas de historicidade ou de cientificidade aos procedimentos retóricos, cujo papel é enganar, fazendo com que o leitor creia que aquilo que lhe contam pode ser verificado ou reproduzido, e a distinguir apenas umas das outras como se distinguem os diferentes gêneros da ficção. Tanto a lingüística quanto a psicanálise e a sociologia não podem pretender servir de apoio ao ficcionalismo, sob a condição de serem alçadas a filosofia, e de ver suas explicações, necessariamente parciais, tratadas como se cada uma delas ou todas juntas dessem a explicação global, a única válida. Como se a soma de três reducionismos – entre os quais um vê

em tudo unicamente a linguagem, outro, o trabalho do inconsciente e o terceiro, apenas as relações conflituosas entre as classes dominadas e as dominantes – pudesse conduzir a algo de positivo, em vez de levar a um cepticismo arbitrário e autodestruidor.

Mas, uma vez colocadas em seus lugares, essas três disciplinas contribuem com questões e técnicas que se integram numa abordagem multidimensional das narrações, especialmente as históricas e científicas. Tal abordagem começa por sublinhar numa narração os caracteres intrínsecos dos quais se faz uma descrição, para tentar, em seguida, explicá-los relacionando essa narração com seu autor, de um lado, e com uma realidade externa, de outro, e, depois, passar à confrontação dos resultados dessa análise com os dados de um estudo da recepção. Após descartar a identificação *a priori* da história e da ciência à ficção, é no âmbito dessa abordagem que se pode colocar o verdadeiro problema crítico: o das interferências entre a ficção, a história e a ciência. Para resolvê-lo, é preciso, entretanto, abandonar provisoriamente a narração histórica a fim de se consagrar às operações que, supostamente, tornam possível um conhecimento do passado, do qual a narração histórica relata apenas os resultados, colocando-os assim ao alcance dos leitores.

As reconstruções do passado

Preâmbulo necessário a todo trabalho dos historiadores, o reconhecimento em meio às fontes virtuais consiste na interpretação dos sinais de procedência do passado de certos objetos naturais ou artificiais, como caracteres visíveis ou observáveis que os tornam diferentes de seus homólogos originários do presente, inclusive os lugares onde eles foram criados e o contexto em que apareceram. O raciocínio subjacente exclui a existência de um espírito astuto, que se divertiria induzindo-nos sistematicamente ao erro, e supõe a assimetria do tempo. Os caracteres visíveis ou observáveis dos objetos, a partir dos quais obtém-se a certeza de que não pertencem ao presente e que, em virtude do raciocínio que acabamos de demonstrar, não poderiam vir nem do além, nem de uma interioridade, nem do futuro, não podem ser outra coisa, portanto, que sinais da proveniência, desses objetos, do passado. A grafia das letras, os suportes e materiais de escrita, as marcas de envelhecimento são sinais tão próprios aos documentos escritos como o são, tratando-se de artefatos em geral, suas formas, aparências, distribuições espaciais e materiais utilizados para produzi-los, etc.

Esses não passam de alguns exemplos, pois o número de caracteres visíveis suscetíveis de significar que o objeto em questão veio do passado desafia toda veleidade de enumeração. Algumas plantas, para os conhecedores, são sinais de uma antiga ocupação

humana do solo em que crescem; o que é válido também, *mutatis mutandis*, para alguns elementos do relevo ou da paisagem: o desenho dos campos, os tipos de habitação. Acrescentemos os caracteres observáveis cientificamente: a composição química, certas propriedades físicas, a presença de determinadas espécies entre os vestígios da fauna e da flora, o teor de carbono 14 das substâncias orgânicas ou o número de crateras produzidas sobre a unidade de superfície de um cristal ou de um vidro pela fissão atômica do urânio 238, as impressões microscópicas deixadas por produtores e usuários, etc.

O conjunto das fontes históricas virtuais, que se enriquece mais e mais à medida que novas técnicas permitem identificar novos sinais de proveniência do passado constituiu-se, essencialmente – como conjunto de fontes históricas precisamente – no decorrer dos últimos quatro séculos. Mas suas raízes são bem mais profundas. Sem mesmo tentar aqui o esboço de uma história dessa constituição na Europa, mencionemos apenas seus episódios mais significativos. Formação, a partir da alta Idade Média, das bibliotecas capitulares, episcopais, monásticas, universitárias e principescas, entre as quais algumas se tornam públicas a partir do século XVII. Formação, paralelamente, de tesouros nas abadias, nos episcopados e nos castelos dos príncipes. Propagação, a partir do século XIV, das coleções particulares comportando, especialmente, antiguidades, e, a partir do século XV, surgimento dos museus, cujo número aumenta lentamente até o século XVIII, multiplicando-se em seguida rapidamente, ao mesmo tempo em que o conteúdo das coleções se diversifica e o público se amplia.

Organização para satisfazer as necessidades das burocracias absolutistas, dos depósitos de atas das subdivisões da cúria romana, seguida, a partir do século XVIII, pela criação de arquivos que se tornam, durante o século XIX, o local privilegiado da pesquisa histórica. Instauração, ainda durante o século XIX, exceto alguns raros antecedentes, de uma proteção dos monumentos históricos e artísticos, e de sítios. Publicação, a partir do século XV, de inscrições, moedas, listas ilustradas de monumentos, documentos e textos de todo tipo. Enfim, escavações, inicialmente acidentais e aparentadas à caça ao tesouro, depois cada vez mais sistemáticas e aplicando métodos cada vez mais sofisticados. O conjunto de fontes históricas de que dispõe hoje o historiador resulta, assim, de uma longa história que é, ao mesmo tempo, a história da consciência histórica, das técnicas postas a serviço do conhecimento do passado, das instituições sem as quais este não poderia se exercer, mas também a história das crenças religiosas, dos sistemas políticos, da organização do ensino e da cultura.

Os objetos primeiros da história encontram-se, portanto, aqui, diante de nós mesmos, disseminados no meio ambiente ou reunidos em arquivos, museus, bibliotecas e, em alguns casos, ainda não reconhecidos como tais. Antes mesmo de nos aparecerem como

originários desta ou daquela época, eles são nossos contemporâneos, simplesmente porque estão presentes. Eis aí um ponto essencial que, com freqüência, tendemos a esquecer, como se o passado se deixasse apreender de outra forma que não por intermédio dos objetos que estão ao alcance da mão e do olhar. Estudados por eles mesmos, porque suscitam a curiosidade devido às diferenças que manifestam desde que confrontados com aqueles que temos certeza de terem sido produzidos hoje, também são objetos de estudo porque supomos que sua estranha presença só pode ser explicada ao se admitir que eles remetem – num sentido que ainda deve ser esclarecido – a referentes invisíveis, posto que só existiram no passado: pessoas, grupos, países, instituições, acontecimentos, seres, coisas, segundo os casos. Resta verificar, ponto por ponto, o bom fundamento de tal hipótese, ancorando cada objeto em seu tempo e espaço e estabelecendo, se possível, a identidade dos referentes aos quais remetem os caracteres que lhes são próprios.

É obrigatoriamente vaga a fronteira entre o estudo das fontes históricas em si mesmas e o estudo que as trata de forma tal que se possa ter acesso a referentes invisíveis. Mas o primeiro é uma condição necessária do segundo. No início do trabalho do historiador, encontra-se sempre a inspeção visual – acompanhada de leitura, no caso de textos ou imagens – e, eventualmente, também a observação instrumental de um conjunto de fontes visuais. A menos que demonstre que essas são falsas, tais operações cognitivas obrigam a admitir que os caracteres visíveis ou observáveis dos objetos estudados são testemunhos, de fato, da proveniência de um passado mais ou menos longínquo, e toda tentativa de explicá-los de outra maneira conduziria seja a conclusões absurdas, seja a complicações totalmente gratuitas. Além do mais, na grande maioria dos casos, a leitura e, sobretudo, a observação instrumental permitem atualmente não apenas situar a origem das fontes estudadas num passado indefinido ou determinar a ordem de sua sucessão no tempo, mas também medir a distância entre nosso presente e o passado do qual são originários os objetos, isto é, atribuir-lhes uma datação absoluta.

Ora, mesmo presente, um objeto datado pertence também a um passado determinado, ao período de suas origens. Pertence-lhe no sentido de conservar o vestígio que faz parte de sua identidade, da mesma forma que conserva, às vezes, vestígios das diferentes vicissitudes que sofreu no decorrer de sua história. Uma vez datado, o objeto adquire, assim, um duplo pertencimento temporal. Ele se torna uma materialização da duração. Ele reúne as duas extremidades do intervalo que nos separa do momento em que foi produzido ou do momento em que recebeu alguns de seus traços. Assim, ele é também, de fato, um intermédio entre nosso presente e o passado que representa diante de nós mesmos, do qual ele é um vestígio e cujo conhecimento se torna possível devido a sua presença. Da mesma forma, uma vez localizado no espaço, o objeto passa a pertencer a um espaço duplo: ele

ocupa o lugar em que podemos lê-lo, olhá-lo ou observá-lo, mas pertence também a seu lugar de origem, do qual traz os vestígios, dado que a palavra *lugar* é tomada, aqui, em suas acepções geográfica, cultural, social, étnica, etc. Um tal objeto se mostra, pois, qualificado a ser um intermediário entre agora e outrora, entre aqui e lá. Especialmente, entre o visível e o que, após tê-lo sido, não é mais e jamais voltará a ser.

Toda fonte histórica virtual remete a referências invisíveis. Ela as nomeia e descreve, quando se trata de uma narrativa. Ela as nomeia sempre e, às vezes, define alguns de seus traços, quando se trata de um documento. Ela as nomeia freqüentemente e mostra-as sempre, quando se trata de uma imagem. E, texto ou imagem, ela deve supostamente comportar, inseparável e ao mesmo tempo diferente de seu conteúdo manifesto, um conteúdo latente que, explicitado, revela estes ou aqueles atributos do autor que, sem saber, passou-os para a obra. Além disso, toda fonte histórica virtual, seja ela qual for, contém também elementos que são comuns a outras fontes; a quantificação de um conjunto em que foram reunidos tais elementos repetitivos permite evidenciar certas características das coletividades cujos vestígios guardam. Enfim, como objeto material, toda fonte histórica virtual carrega vestígios deixados, sem que soubesse, por seus produtores e usuários, e que possibilitam parcialmente a identificação. Os textos e as imagens têm, pois, dois tipos de referentes: os referentes intencionais, nomeados, descritos, caracterizados, mostrados por conteúdos manifestos, e os referentes implícitos, aos quais correspondem os conteúdos latentes, os elementos repetitivos e os vestígios. As fontes materiais, evidentemente, só possuem elementos do segundo tipo. Mas, de um ponto de vista epistemológico, a distinção das narrativas, dos documentos, das imagens e dos resquícios materiais não é pertinente. Só é pertinente a divisão em conteúdos manifestos, conteúdos latentes, elementos repetitivos e vestígios, pois cada um desses itens corresponde a uma modalidade diferente do conhecimento.

O estudo dos vestígios contidos numa fonte é suficiente, em geral, para determinar o autor, a data, o lugar e as circunstâncias de seu aparecimento. Também permite cercar os traços do autor que originaram os vestígios estudados – não é necessário que ele seja um indivíduo, um ser humano. O raciocínio desenvolvido para obter esses resultados é uma aplicação do princípio de causalidade. Se, graças às observações-experimentações praticadas presentemente, sabemos que tais fatos são produzidos por tais dispositivos, de tal maneira, e se podemos razoavelmente admitir que a ligação entre uns e outros não varia no tempo, cada vez que descobrimos os mesmos fatos podemos postular que eles foram produzidos pelos mesmos dispositivos. Na prática, a situação jamais é tão simples, pois os fatos constatados não são idênticos aos que conhecemos atualmente, mas somente semelhantes e, ainda, num grau bastante variável, segundo os caso. Portanto, é a partir da maior

ou menor similitude dos fatos entre si que inferimos a maior ou menor similitude dos dispositivos que os engendraram, controlando, se possível, essas inferências, por meio de teste. Uma vez admitida a realidade passada deste ou daquele dispositivo, pode-se, às vezes, apoiando-se sempre em observações presentes, ir ainda mais longe e reconhecer também como reais objetos que os acompanham regularmente. Assim, o estudo do pólen permite identificar a flora que cresce em determinada área; o conhecimento da flora, por sua vez, permite caracterizar seu regime hidrológico, o clima e as espécies animais que podem nela ter vivido, e tudo isso resulta numa idéia bastante precisa das condições da vida humana ali.

Tal aplicação pela história da observação, durante muito tempo apanágio das ciências naturais, transformou profundamente a representação que fazemos do passado. Antes de mais nada, do passado muito longínquo, que precede a escrita, e do qual entrevemos, de agora em diante, as grandes linhas e os principais ritmos. E também a representação de um passado bem mais próximo, ainda que sempre distante; basta lembrar tudo o que aprendemos sobre a Idade Média por meio da geografia e da arqueologia, auxiliadas pela física e pela química, pela geologia, zoologia e botânica. Hábitat, alimentação, saúde, certos aspectos da demografia, técnicas, especialmente as de criação de animais e as da agricultura, exploração de recursos, higiene – todos esses domínios da vida humana durante a Idade Média dos quais nada teríamos sabido, ou quase nada, sem a ajuda dessas disciplinas e de algumas outras. Mas há outros domínios em que elas não nos ensinam nada. No passado que elas colocam ao alcance de nosso conhecimento, um passado sem indivíduos e mesmo sem etnias, só se distinguem – e apenas a partir de certa época – culturas no sentido que atribuem a esse termo os especialistas da pré-história. Trata-se de um passado reduzido à dimensão biológico-ecológico-tecnológica, pois os métodos das ciências naturais só se aplicam a vestígios materiais ou suportes materiais de textos e imagens, mas não às próprias imagens, compreendidas como elementos integrados a um circuito de comunicação, isto é, elementos portadores de um sentido propriamente semiótico. Trata-se, em outros termos, de um passado em que o homem é apreendido como produtor de certos efeitos naturais – vestígios – e, portanto, como parte integrante da natureza. As tentativas para evidenciar, a partir dos vestígios, suas atividades intelectuais, dependem de um outro tipo de interpretação, que consiste na leitura dos vestígios como signos deixados inconscientemente, cujo conteúdo latente é preciso explicar.

Ainda que os elementos repetitivos se deixem identificar, tanto entre os vestígios, quanto entre os componentes dos conteúdos latentes manifestos, uma vez submetidos à quantificação, eles são tratados, todos eles, como se fossem regidos unicamente pelas regularidades próprias às grandes quantidades e, nesse sentido, como se pertencessem ape-

nas à natureza. Assim, a idéia de estudar dessa forma fatos humanos e, particularmente, comportamentos culturais suscitou durante muito tempo uma forte resistência e só adquiriu seu lugar na história após longas controvérsias, o que prova, diga-se de passagem, que estamos aqui diante de um conhecimento *sui generis*. Atualmente, a contagem com o cálculo de porcentagens, a explicação das distribuições espaciais e temporais apresentada sob forma de mapas e gráficos, a análise fatorial e, até mesmo, no que diz respeito aos períodos recentes, as tentativas para construir modelos quantitativos nos campos que se prestam a isso, em suma, as técnicas estatísticas de sofisticação extremamente variada transformaram-se em instrumentos rotineiros, utilizados tanto na história econômica e social, quanto na história cultural e intelectual.

Nossa representação do passado se enriqueceu muito com isso. A evolução secular dos preços, da circulação das mercadorias, especialmente a dos metais preciosos e da produção, antes de mais nada de cereais, só pode ser visualizada claramente graças aos resultados obtidos por meio da estatística retrospectiva. O mesmo se passa com a história demográfica: casamentos e nascimentos, flutuações da população, migrações. E, num grau crescente, com a história cultural: a história da alfabetização e da escolarização principalmente, mas também a da circulação dos livros e do acesso aos bens culturais. Isso dito, a estatística retrospectiva só é possível nos casos em que os arquivos são suficientemente abundantes. E ela só responde às questões claramente delimitadas. Quanto ao passado que ela nos dá a conhecer, trata-se de um passado sem outras personalidades e acontecimentos, senão os que correspondem aos pontos singulares das curvas gráficas, um passado sem obras individuais, caracterizado exclusivamente pelos movimentos coletivos.

Todavia, à diferença do passado biológico, ecológico e técnico reconstruído a partir de vestígios, o passado que dá acesso à estatística retrospectiva é principalmente econômico, mas engloba também os fatos culturais e abre-se sobre uma dimensão psicológica ou, pode-se dizer, uma dimensão relativa à mentalidade. Uma análise dos dados demográficos permite esclarecer os comportamentos sexuais ocultos e, especialmente, as medidas contraceptivas, assim como as atitudes em relação à vida e à morte. E estudar, com apoio de mapas e gráficos, os processos de bruxaria, os testamentos, os ex-votos, os monumentos funerários, a propagação dos relógios nos lugares de trabalho e na vida cotidiana, os manuais de aritmética comercial, os sistemas metrológicos permite evidenciar as mudanças que afetam as crenças, as maneiras de pensar, as emoções, sendo as percepções tratadas, entretanto, e é bom sublinhar isso, como fenômenos coletivos. Tudo isso é válido, evidentemente, em cada caso, apenas para certas épocas e certos países. Mas basta para mostrar que essa abordagem é possível, sob a condição de se dispor de fontes idôneas. Ela é também legítima. Pois não pretendemos discutir aqui a validade dos raciocínios estatísticos

em geral; ora, a estatística retrospectiva não passa de uma aplicação aos objetos vindos do passado. Quanto à passagem da estatística retrospectiva à psicologia coletiva, ela se faz mediando hipóteses que são justificadas seja por dados presentes ou passados, seja por considerações teóricas. A diferença é negligenciável entre tais inferências e as que conduzem a concluir sobre as espécies vegetais identificadas pela análise do pólem, ou sobre o regime hidrológico do lugar em que crescem.

Convenhamos, para resumir, que cada texto, narrativa ou documento é uma obra, e que isso também é válido para cada imagem, seja qual for. Toda obra tem, então, um conteúdo manifesto: ela nomeia, descreve, designa ou mostra alguma coisa de real ou de fictício. Mas, conforme o pressuposto fundador de toda hermenêutica, nenhuma obra pode ser reduzida a seu conteúdo manifesto. Este se encontra sempre e necessariamente acompanhado por um conteúdo latente, que contém tudo o que o autor da obra fez entrar nela inconscientemente, durante sua produção. Um conteúdo, conseqüentemente que não se revela de início. De acordo com o segundo pressuposto fundador da hermenêutica, apenas a leitura interpretativa do conteúdo manifesto de uma obra pode dar acesso a seu conteúdo latente. Em outros termos, supõe-se que o conteúdo latente de uma obra pode ser desvendado desde que se façam a ela as perguntas que seu autor não fez e nem sequer imaginava possíveis. Um conteúdo latente assemelha-se, nesse sentido, a um vestígio. De fato, ele é vestígio. No entanto, um vestígio não material, de tal forma que não se deixa ver nem observar. Um vestígio deixado pela produção de um conteúdo manifesto determinado impresso pela escolha e organização dos signos – expressões verbais, formas, cores – que, supostamente, deve adequar esse conteúdo às intenções do autor.

Os métodos de interpretação de textos e imagens visando explicitar os conteúdos latentes são muito diferentes: sofisticados, rigorosos ou, ao contrário, rudimentares, mais próximos, às vezes, da adivinhação do que da ciência. Voltaremos a isso. Aqui, basta que nos limitemos aos métodos que são consenso entre os historiadores. Eles consistem numa aplicação, principalmente no caso de documentos, dos questionários que procedem, atualmente, de pressupostos teóricos emprestados, na maioria das vezes, das ciências sociais. Assim, por exemplo, lêem-se os registros paroquiais dos séculos XVII e XVIII como fontes da demografia histórica e as certidões de casamento como fontes de uma história da alfabetização, submetendo-os, ambos, a um tratamento estatístico. Outro exemplo: ritos de penitência, textos teológicos ou a correspondência entre uma filha e sua mãe são interpretados como fontes de uma história dos comportamentos sexuais. A contabilidade das manufaturas polonesas do século XVIII permitiu reconstruir as relações entre os empreiteiros e os operários, bem como as condições de trabalho; o estudo das insígnias reais, dos cerimoniais, rituais e crenças ligados à pessoa do rei renovou a história da instituição monár-

quica e das atitudes que se adotavam em relação a ela, principalmente na Idade Média. Os documentos de um inquisidor permitiram exumar as atividades e a vida de uma aldeia do sul da França (Pays d'Oc), na virada do século XIII para XIV. E os exemplos poderiam continuar indefinidamente.

A explicação dos conteúdos latentes permite, assim, reconstruir o passado em suas dimensões social, religiosa, institucional, política, cultural, intelectual, artística. Além disso, ela fornece com frequência elementos repetitivos que são submetidos, depois de descobertos, a um tratamento estatístico, o que amplia o seu campo de aplicação a todos os domínios, países e épocas para os quais se possui um número suficientemente grande de obras. Completada pelo estudo dos conteúdos manifestos dos documentos, a explicitação dos conteúdos latentes tem, entretanto, uma extensão bem mais vasta que a estatística retrospectiva, pois ela é capaz de reconstruir não somente fatos coletivos, mas também individuais: as biografias, os acontecimentos, as ocorrências únicas, os percursos excepcionais. Todos esse fatos individuais não poderiam ser eliminados da história, porque tiveram um passado e devem, portanto, reencontrar também um lugar na sua reconstrução, mas também porque é possível que eles tenham tido então um papel desproporcionado em relação a sua aparente insignificância. Nada de surpreendente nisso: diversas disciplinas estudam atualmente as situações de instabilidade nas quais uma minúscula variação de causas provoca uma enorme divergência nos efeitos. Tudo leva a pensar que, em certas situações históricas – cataclismas, guerras, revoluções, revoltas, perturbações –, a substituição de um indivíduo por um outro, num mesmo lugar, pode produzir efeitos que modificam por um longo período a trajetória de um sistema, quer se trate de um Estado ou de uma Igreja, de um grupo ou uma instituição.

Reconstruindo o passado a partir dos vestígios, cometem-se, às vezes, alguns erros. Exemplo célebre disso são as primeiras datações por meio do carbono 14, que tiveram que ser modificadas em direção ao alto da escala, em consequência de uma recalibragem de medidas feita com a ajuda da dendrocronologia, fato que modificou profundamente as idéias sobre o neolítico europeu e suas relações com o Egito e o Oriente Médio. Menos espetaculares, sem dúvida, outros erros não estão ausentes nem das estatísticas retrospectivas, nem dos raciocínios reconstruídos, quando se tomam por base alguns aspectos da psicologia histórica. E pode acontecer que a explicação dos conteúdos latentes de um conjunto de obras compreenda uma dose de arbitrariedade ou que ela seja literalmente falaciosa. Mas em nenhum desses procedimentos o historiador enfrenta a ameaça de ser enganado por alguém que, afirmando ter visto o que descreve e o que mostra, pretende conscientemente induzir ao erro seus leitores, ou a ameaça de se submeter a uma falsa representação do passado por alguém que, de boa fé, acredite que ela seja

verdadeira. Ora, trata-se, aí, dos riscos maiores de toda tentativa para adquirir um saber sobre o passado por intermédio dos conteúdos manifestos dos textos, das imagens e, especialmente, das narrativas.

Convencidos de que, quando se quer falar do passado longínquo, é impossível não se deixar iludir por testemunhos aos quais somos obrigados a dar crédito, os pirrônicos dos séculos XVI e XVII viam na dependência do historiador de seus informadores um argumento inevitável contra a própria idéia de conhecimento do passado e, portanto, contra a pretensão de a história ser radicalmente diferente da fábula. Como resposta a isso, os historiadores elaboraram regras para uma crítica das fontes, e inicialmente das fontes narrativas, depois dos documentos, crítica conhecida o bastante para que não tratemos dela aqui; ampliaram o repertório das fontes históricas virtuais, praticaram e aperfeiçoaram a explicitação dos conteúdos latentes, apelaram para estatística retrospectiva e para o estudo dos vestígios. Pode-se, certamente, tentar dar um novo vigor ao pirronismo, recusando a validade do estudo dos vestígios. Mas isso significa colocar em dúvida a validade da observação e, conseqüentemente, de quase todas as ciências naturais. Pode-se igualmente recusar a validade da estatística retrospectiva e dos raciocínios que a tomam por base. Mas isso significa colocar em dúvida a validade da quantificação e, com ela, de uma grande parte das ciências naturais e de todas as ciências sociais. E pode-se também empreender o mesmo processo contra o trabalho de explicitação dos conteúdos latentes. Isso significa colocar em dúvida a validade de toda hermenêutica e, conseqüentemente, da totalidade das ciências humanas. O destino epistemológico da história é, doravante, e em grau considerável, solidário ao das disciplinas de cujas técnicas e métodos ela dispõe como contribuição. Ou elas permanecem todas juntas em pé ou todas juntas desmoronam. Para apagar verdadeiramente a fronteira entre a história e a fábula é preciso demonstrar que tudo que consideramos como conhecimento não passa de ilusão ou impostura. Trata-se, de fato, de um vasto programa.

As ficções na história

À medida que aumentou e se diversificou o repertório de fontes históricas virtuais, o peso específico das narrativas diminuiu consideravelmente. Uma descrição do passado – não somente da idade anterior à escrita, mas de qualquer outro período, mesmo recente – que jamais tenha se referido a tais fontes é perfeitamente concebível hoje. Tal descrição, desde que suficientemente detalhada, responde à nossa necessidade de saber e conhecer inúmeros aspectos do passado até então fora do alcance dos historiadores; e isso mesmo

no caso em que esse passado era o próprio presente dos historiadores, que poderiam, embora não tenham feito, prestar atenção a seus detalhes. Mas nem por isso essa descrição deixa de ser incompleta e insatisfatória. Pois os leitores de obras eruditas, de romances históricos e de jornais, os espectadores de filmes cuja intriga se situa no passado, de peças de teatro, os visitantes de museus, exposições, monumentos históricos, sítios arqueológicos em escavação, enfim, os consumidores de história, inclusive os próprios historiadores, esperam não somente que uma tal descrição faça com que conheçam o passado com uma certeza razoável, mas também que ela lhes explique seus caracteres distintivos, que ela os relacione a causas, razões ou fatores que agiam então e que não agem mais ou que então agiam de uma maneira e hoje agem de outra, que essa interrupção ou mudança seja, se possível, explicada mediante sua integração num dispositivo ainda mais global. E eles ainda reclamam da história que lhes restitua, do passado que ela se dá como objeto, essa dimensão singular que funda a diferença entre ele e o passado do universo, da terra ou das espécies vivas e que faz com que ele seja nosso, isto é, o passado de seres humanos supostamente semelhantes a nós mesmos e, na maioria das vezes, também o de um grupo específico do qual nós mesmos fazemos parte.

Levar a saber, levar a compreender, levar a sentir. O comportamento dos leitores de obras e revistas consagradas à história mostra que são essas as três exigências apresentadas hoje em dia pelo público em relação a essa disciplina. Sobressai-se, e não há nada surpreendente nisso, que a terceira dessas exigências seja a mais amplamente compartilhada. A primeira, em compensação, é expressa principalmente por historiadores profissionais capazes de apreciar a originalidade de um trabalho e até, em alguns casos, capazes de controlar a adequação das novidades que eles introduzem nas fontes de onde pretendem tê-las tirado. Além disso, a cada uma dessas exigências corresponde aproximadamente uma determinada classe de obras históricas: à primeira, sobretudo as monografias eruditas; à segunda, os ensaios e tratados; à terceira, os romances. Isso dito, sabe-se de monografias que despertaram grande emoção, ensaios que enriqueceram o saber e romances que contribuíram para o avanço da inteligência do passado. Uma obra histórica exemplar é aquela que consegue satisfazer de forma equilibrada, ao mesmo tempo, a essas três exigências.

Sempre atuais, essas exigências são tão velhas quanto a própria história. A natureza do saber mudou, certamente com, tratando-se do passado longínquo, a passagem da fé – confiança atribuída a uma autoridade – ao conhecimento, reconstrução a partir de fontes; assim como com os aperfeiçoamentos sucessivos da crítica e a instauração da hermenêutica, da estatística e da observação; enfim, com a aplicação ao passado próximo, em um grau sempre crescente, da estatística por um lado e, por outro, das técnicas e dos métodos ela-

boradas para o estudo do passado longínquo. A natureza da explicação mudou, também, pela substituição do quadro pagão, especialmente astrológico, pelo quadro cristão e pelas suas transformações; pela superposição, à teologia, da história em suas versões teocêntrica e cosmocêntrica, da filosofia da história, e também pela superposição dessa última pelas ciências sociais. As mudanças afetaram, paralelamente, os meios narrativos utilizados para conferir à história sua qualidade de história deste ou daquele grupo, e até da humanidade tomada como um todo. Mas, por todas essas variações, as exigências de levar a saber, compreender e sentir sempre foram, ainda que de diferentes formas, expressas pelos públicos sucessivos da história, cujos membros outorgavam uma superioridade ora à primeira, ora à segunda ou à terceira, e repartiam as posições subordinadas entre as duas restantes.

Ora, essas exigências impõem a toda representação do passado certas restrições, que os historiadores são obrigados a respeitar, caso desejem que seus trabalhos interessem não somente a outros historiadores, mas também a um público mais amplo. Em toda parte em que é possível, em que o estado das fontes permite e em que, em especial, dispõe-se de narrativas e de imagens, uma representação do passado, para ser reconhecida como satisfatória, não se limitaria a sua dimensão biológico-ecológico-técnica, reconstruída a partir dos vestígios, nem a sua dimensão econômico-demográfico e de mentalidades, reconstruída a partir de elementos repetitivos, nem a sua dimensão social, institucional, cultural e política, reconstruída a partir dos conteúdos latentes de textos e imagens e dos conteúdos explícitos de documentos, nem mesmo a essas três dimensões juntas. Para dar plenamente ao passado essa qualidade que o faz nosso, para fazer com que ele seja sentido tanto quanto as palavras são capazes de exprimi-lo, é também preciso reconstruir, se há possibilidade, a dimensão visível desse passado, chegar a uma descrição do que se apresentava em sua época diante do olhar, e é preciso, além do mais, reconstruir sua dimensão vivida, chegar a uma descrição dos estados afetivos suscitados pelo espetáculo cotidiano nas pessoas para os quais ele era o presente e do qual elas participavam de uma maneira ou de outra. Mas essas suas dimensões (visível e vivida) só podem ser atingidas a partir dos conteúdos manifestos das narrativas, escritas ou ilustradas, e mais raramente a partir de documentos, pois apenas essas fontes têm tais conteúdos e apenas elas traduzem, nesse sentido, pontos de vista subjetivos. Os conteúdos manifestos, e muito especialmente o conteúdo das narrativas, mostram-se assim indispensáveis a toda reconstrução do passado que pretenda ser reconhecida como plenamente satisfatória.

E aqui reencontramos a ficção. Impossível, de fato, reconstruir a dimensão visível do passado e sua dimensão vivida sem fazer apelo a ela. Não que os conteúdos manifestos das narrativas não possam ser submetidos a uma crítica capaz de verificar se aquilo que se pretende ter visto nelas pode ter sido possível e o foi na realidade, e de estabelecer se os

sentimentos ali expressos são apenas convencionais ou se traduzem estados afetivos sentidos nos fatos. Mas isso não pode eliminar uma dificuldade de princípio que se explica pela própria natureza do passado. Pois, tal qual ele se dá ao conhecimento, ou seja, por intermédio dos vestígios que representam entre nós, o passado é sempre fragmentário, lacunar e descontextualizado. Fragmentário porque chega até nós em pedaços. Lacunar porque, mesmo reunidos, esses pedaços jamais permitem a reconstrução da totalidade à qual faziam parte. Descontextualizado porque os pedaços se encontram no meio ambiente diferente daquele do qual são originários. Tão mais pronunciados quanto mais o passado é longínquo, esses três defeitos caracterizam a imensa maioria de objetos e todos os conjuntos ou sistemas de objetos, com exceção dos raros complexos funerários que conseguiram ficar intatos; e, mesmo nesse caso, os fatores corrosivos fizeram seu trabalho.

A fragmentação, a perda e a descontextualização afetam, em primeiro lugar, a aparência visível dos seres e das coisas que, além de se transformar, torna-se impossível de ser reconstruída em seu estado primitivo exclusivamente a partir de vestígios. Isso é verdade em todos os casos, mesmo quando identificamos a aparência exclusivamente às características de um objeto, percebidas sob uma iluminação suficiente para qualquer espectador normalmente constituído, abstração feita de uma certa coloração subjetiva em relação a toda aparência visível e das variações desta em função de diversos fatores, entre os quais a iluminação. Considere-se, por exemplo, um monumento do qual se possuem todos os elementos originais, as plantas detalhadas, as imagens que o representam, os textos que o explicam. Tudo isso não autoriza a afirmar que, uma vez reconstruído, esse monumento terá a mesma aparência visível que tinha antes de se tornar ruínas. Pois não se sabe jamais o que se deveria saber para ter um conhecimento comparável àquele fornecido pela percepção visual, e não se podem excluir aqui as mudanças que não foram registradas por ninguém e das quais, conseqüentemente, não se pode ter idéia.

Contrariamente à reconstrução da estrutura ou das características mensuráveis de um objeto, a reconstrução de sua aparência visível não poderia ser realizada sem a contribuição da imaginação, única atividade capaz de preencher as lacunas dos vestígios que restaram; o que equivale a dizer que a aparência visível reconstruída de um objeto comporta sempre uma parte de ficção. Essa pode ser maior ou menor. Mas jamais pode ser completamente eliminada. Tudo isso se aplica mais pertinentemente às reconstruções da aparência visível apresentadas pelos historiadores que se deparam, em geral, com fatos ainda mais complicados que um monumento. E também às reconstruções das dimensões vividas dos fatos históricos. Pois a dimensão vivida, multiplicidade de estados afetivos que se sucedem num indivíduo e variam de um para outro, ainda que fossem colocados em uma mesma situação, constitui, talvez, o componente mais difícil da subjetividade a ser apre-

dido, mesmo quando se apóia na introspecção ou nos dados de um olhar clínico. Para reconstruí-la a partir de textos e imagens, nos quais sua expressão é filtrada por uma censura e submetida a normas que a regem, só se dispõe do raciocínio por analogia e a imaginação é chamada suplantar os silêncios inevitáveis das fontes, que permitem ao historiador “sentir na própria pele” a experiência de seus personagens. Enfim, os conteúdos manifestos disponíveis, mesmo que fossem de uma exatidão e de uma fidelidade irrepreensíveis, e bem mais numerosos do que normalmente são na maioria dos casos, seriam sempre insuficientes para responder, a propósito de um fato dado, a todas as questões às quais responde, sem que seja preciso enunciá-las, imediatamente um simples relance. E a todas as questões às quais se responde imediatamente, adotando-se esta ou aquela diante daquilo que se apresenta ao olhar. É preciso ficção como paliativo das insuficiências.

A dimensão visível e a dimensão vivida do passado são, ao que nos parece, as únicas que não podem ser reconstruídas sem sua ajuda. Em todas as outras dimensões, a reconstrução pode dispensá-la. Mas isso não significa que não existem outras incrustações fictícias na própria textura das narrativas históricas. A convicção profundamente enraizada, de que os indivíduos não são os demiurgos da história e de que outras potências, mesmo que forças impessoais, determinam seu curso ou, pelo menos, contribuem para moldá-lo, sempre inspirou pesquisas no intuito de identificá-las, de penetrar suas intenções ou meios de agir e de tornar, assim, inteligível o passado e previsível o futuro. Durante muito tempo, entretanto, esses agentes históricos supra-humanos eram considerados duplamente exteriores à história: acredita-se que eles se situavam no além ou na natureza, e os saberes dos quais eles eram objeto eram recebidos, de início, da teologia teocêntrica ou dessa teologia cosmocêntrica que é a astrologia e, mais tarde, também da mecânica, quando não se procedia a uma mistura de dois ou três, em proporções e combinações bastante variáveis.

A partir da segunda metade do século XVIII, em consequência, entre outros fatores, da desordem do tempo, que desloca seu centro de gravidade em direção ao futuro, esses poderes ou forças, criadores de fatos, e, por isso, princípios explicativos definitivos, passam a ser pensados como imanentes à história. A partir de então, para ser reconhecida pelos historiadores, sua realidade deve, pois, ser demonstrada no interior da própria história e pelos meios que lhe são próprios. O que significa que ela deve ser reconstruída como os fatos do passado, pela utilização do único procedimento que, aparentemente, autoriza a explicitação dos conteúdos latentes. Adaptada ao seu novo papel, ela é encarregada de identificar nas fontes os vestígios dos agentes supra-humanos da história, de descrevê-los como faz com os fatos reconstruídos e, se possível, compreendê-los. Diversas variantes da explicitação dos conteúdos latentes foram elaboradas com esse intuito. Não existe nenhuma cuja validade foi reconhecida pela opinião unânime de historiadores.

De maneira bastante esquematizada, é lícito reparti-las em três estratos, cada um deles com divisões internas. Ao mais recente subordinam-se todos os meios que visam explicitar o conteúdo latente de um conjunto de fontes sincrônicas, a fim de reconstruir, a partir disso, as regras restritivas às quais supostamente está submetido, sem o saber, todo aquele que, numa mesma época, pratica a filosofia, a ciência, a literatura ou a arte, ou que age nessa ou naquela área – assim como alguém que fala uma língua usual está submetido, em geral sem o saber, às regras de sua gramática. As fontes se relacionam a um mesmo setor de atividades e aquelas que procedem de uma mesma época manifestam de fato um parentesco, uma unidade de estilo, própria não somente às letras e às artes, mas também ao pensamento e às práticas, e isso as distingue de seus homólogos pertencentes a épocas diferentes. Tal unidade revela-se pela repetição de determinados traços ou por um conjunto desses traços, que podem ser constatados ora diretamente pela leitura das fontes, ora aplicando uma estatística retrospectiva, tanto a essas mesmas fontes, quanto a seus conteúdos latentes, previamente explicitados.

Ora, essa unidade contrasta com a diversidade individual e não se deixa, portanto, explicar por meio dela. Assim, obrigado se está a reconhecer a realidade de uma entidade impessoal e suprapessoal – estrutura, *epistème*⁵, paradigma –, quadro geográfico, sistema de barreiras técnicas ou demográficas, tetos de produtividade, axiomas admitidos como evidências da razão, crenças às quais se adere sem reflexão, convenções que regem os gêneros literários e artísticos, pressupostos fundadores de uma ciência normal. Uma tal entidade limita, se não anula a liberdade dos indivíduos, impõe sua marca sobre tudo o que é feito no setor que dela depende, confere a tudo isso um ar familiar. Ela é uma autora oculta da história, se não mesmo criadora dela. E relacionados a ela se tornam inteligíveis os fatos que, de outra forma, seriam apenas acidentes individuais.

A uma estratificação mais antiga estão subordinados todos os métodos supostamente capazes de reconstruir, a partir dos conteúdos latentes, entidades supra-individuais: nações, classes, raças, igrejas e confissões religiosas, profissões, sexos, gerações. E que também são utilizadas para esclarecer as determinações às quais, em cada época, estão submetidos os indivíduos pelo fato de pertencerem a tais entidades biológicas ou sociais: as visões de mundo ligadas, cada uma, à perspectiva de classe imposta a um indivíduo por sua incorporação à mesma; interesses, ilusões e limitações do grupo do qual faz parte, que expressa, também e sobretudo, quando imagina falar em nome do que é universal; características de um povo que se refletem nos costumes e nas ações dos indivíduos que se destacam e, antes, nas produções de seus artistas; marcas indeléveis de uma raça, impressas em tudo o que dela emana.

Estando assim o papel dos indivíduos reduzido a muito pouco, senão a nada, as entidades supra-individuais se vêem elevadas a verdadeiros atores e mesmo a demiurgos da história, transformada em arena de seus conflitos individuais. São tais conflitos que devem explicar seu desenvolvimento e mostrar a direção futura. Ao mesmo estrato subordinam-se também os métodos, que, numa ótica diametralmente oposta, explicitam o conteúdo latente das obras a fim de reconstruir a psicologia de seus atores: um sistema de operações intelectuais ou pulsões recalcadas pela censura do superego, ou um fluxo de vivências ou, ainda, uma seqüência de atos de percepção, de vontade de julgamento. Finalmente, o estrato mais antigo é o dos métodos de explicitação dos conteúdos latentes convocados para desvendar o curso do Espírito, a tendência dominante do espírito humano, os princípios organizadores da cultura espiritual ou os progressos da civilização na época da qual provêm as obras interpretadas, para integrar numa totalidade-finalidade os acontecimentos de todo tipo, que adquirem, assim, uma inteligibilidade e um sentido.

Todos os métodos de explicitação dos conteúdos latentes, dos quais acabamos de fazer um rápido inventário, foram variantes da reconstrução do passado tal como ela foi praticada pelos historiadores. Mas, se, em sua época, elas foram consideradas legítimas, em sua maioria, hoje elas não o são mais, e isso é patente quanto àquelas que pretendem reconstruir no passado objetos por definição invisíveis e dos quais é preciso, conseqüentemente, provar a existência, como se demonstra a existência de Deus. É o caso do Espírito, do espírito humano ou ainda da cultura ou da civilização, no sentido que se dava a esse termo durante toda a primeira parte do século XIX. Se a realidade presente dos objetos que lhes correspondem não pode ser constatada por meio de procedimentos de reprodução, a menos que se admitam previamente pressupostos filosóficos que equivalem a introduzi-la sub-repticiamente, isso vale *a fortiori* para sua realidade passada, que não se reconstrói apesar das aparências, mas que se limita a postular. Todas essas entidades invisíveis e outras, análogas, são, pois, ficções que imaginamos apenas agirem na história.

À primeira vista, tal crítica não procede para objetos, nações, classes ou outros grupos. As características morfológicas e os usos vestimentares tornam visível – e as características anatômicas, observáveis – que se pertence a um sexo, do mesmo modo que a cor da pele torna visível que se pertence a uma raça. Há um século, era possível distinguir na rua um operário de um burguês, e os dois de um camponês; tinha-se então, diante dos olhos, o espetáculo das classes sociais. Hoje, a divisão de classes quase não se deixa mais apreender pelo olhar, mas é evidenciada pelas estatísticas dos rendimentos. Outrora visíveis pela maneira que tinham, cada uma delas, de arranjar o espaço ocupado, de construir, de vestir-se, fazer a guerra, as nações só se distinguem, hoje, pela língua das incontáveis inscrições que abundam em suas estradas e cidades, e pela especificidade de seus monumentos,

ao mesmo tempo que se distinguem por suas produções e pela renda *per capita*, dados trazidos à tona pelas estatísticas. Em suma, para todos os grupos acima enumerados, com exceção talvez das gerações, podem ser indicados os procedimentos de reprodução que permitem constatar a realidade presente.

Desde que se tenta reconstruir a realidade passada dos grupos definidos dessa maneira, tem-se objetos reais, permanecendo no domínio do conhecimento. Mas tornando esses grupos os principais, se não os únicos atores da história, e tornando seu conflito a explicação derradeira dos fatos, deixa-se esse domínio do conhecimento para tomar os caminhos da imaginação. Pois as classes cujas lutas supostamente deram impulso à história universal não são as mesmas, apesar da identidade dos nomes, que aquelas das quais se tratava. Elas estão agora investidas de uma consciência que as unifica e faz delas indivíduos coletivos. E elas se vêm atribuir um papel ou uma missão. O que equivale a dizer que elas carregam doravante entidades ou qualidades invisíveis. Da mesma forma, para as doutrinas racistas, as raças não são simplesmente grupos de seres humanos que têm em comum algumas características inatas visíveis. São grupos hereditariamente carregados de virtudes benéficas ou maléficas, que lhes asseguram na história o lugar dos bons ou dos incuráveis malvados. Ora, como portadores de entidades ou de qualidades invisíveis, os grupos biológicos ou sociais são ficções. Entretanto, é com esse propósito que eles são promovidos à classe dos atores ou criadores da história.

Objetos pertencentes ao extrato mais recente, estruturas, paradigmas, *epistêmes* e seus similares, exigem um tratamento à parte. É preciso inicialmente encará-los um a um, pois eles não têm o mesmo estatuto epistemológico. Quando se fala da estrutura que caracteriza o antigo regime demográfico, por exemplo, explicita-se, em primeiro lugar, o conteúdo latente de certos documentos, o que faz deles fontes da história da população. Utiliza-se a seguir a estatística retrospectiva para determinar a evolução, durante um período longo, dos coeficientes de mortalidade, natalidade, nupcialidade, etc. Descobrem-se, então, repetições devidas ao fato de que esses coeficientes permanecem encerrados em seus limites, dos quais não chegam a se desobrigar. Conclui-se, daí, que existem fatores que bloqueiam o crescimento demográfico e tenta-se identificá-los. Após enunciar as hipóteses a esse respeito, elas são submetidas a um teste, para chegar afinal a trazer à tona a ação de diversos fatores, com freqüência interdependentes, que forçam a população a atingir um limite máximo ou a crescer apenas muito lentamente e isso num movimento oscilatório.

Quando se fala de estruturas geográficas, técnicas ou agrárias, o procedimento é semelhante. Mas, nesses casos, recorre-se com maior freqüência aos vestígios, e as repetições são às vezes constatadas sem ajuda de uma estatística retrospectiva, que nem sempre pode ser aplicada. O estatuto epistemológico dessas estruturas não é, portanto, o mesmo

que o daquelas trazidas à tona por meio do estudo de dados quantitativos. Também, os raciocínios são menos rigorosos e as descrições mais subjetivas e vagas. Nem por isso os procedimentos utilizados deixam de ser reproduzíveis, o que permite afirmar que estamos – e isso é ainda mais válido do que precedentemente – diante do conhecimento e, portanto, diante de objetos cuja realidade passada não poderia ser posta em dúvida. O que é válido, *mutatis mutandis*, para o objeto chamado paradigma, sob a condição, entretanto, de que seu alcance seja limitado a uma ciência determinada durante um período bem circunscrito.

As coisas acontecem de outra maneira quando se trata de objetos tal como a *epistème* ou visão do mundo quando ela deve supostamente definir uma época (relacioná-la a uma classe é, na maioria das vezes, atribuir a esta uma qualidade invisível). Aqui também parte-se de certas repetições. Mas elas são constatadas, em geral, de maneira bastante aproximativa: identificam-se, por exemplo, raciocínios ou classificações reconhecidos como válidos pelos autores de uma dada época e por seus leitores, enquanto que para nós mesmos eles não são válidos, ou as opiniões compartilhadas por uns e outros sobre a realidade dos seres ou dos fenômenos que tomamos como fictícios, ou ainda as fronteiras delimitadas de uma maneira diferente daquela que utilizamos para separar o possível do impossível, o que é necessário do que é contingente, o certo do duvidoso. Tornada manifesta pelo corte que separa de nós a época estudada, a estranheza desta só se deixa explicar supondo que se admitam – como se eles fossem evidentes e sem perceber o papel que desempenham efetivamente – axiomas, critérios de classificação ou definições das principais categorias do pensamento que não admitimos mais. Daí as pesquisas no intuito de identificar e enunciar tais pressupostos inconscientes e de tornar inteligíveis as revoluções intelectuais que puseram fim a sua dominação sobre os espíritos.

Em tudo isso não há nada de ilegítimo. Se pessoas das quais não temos nenhuma suspeita em relação à boa-fé e à inteligência reconhecem como irrefutável um raciocínio que nos parece não demonstrativo, é perfeitamente possível deduzir disso que elas aceitam, sem saber, pressupostos que as impulsionam. Mas dúvidas aparecem quando, da constatação de que certos pressupostos foram inconscientemente aceitos por determinadas pessoas, passamos à afirmação da realidade da *epistème* ou da visão de mundo própria a uma dada época. Para que tal passagem fosse justificada não seria necessário dispor da lista completa de pressupostos presentes na base dos raciocínios e das classificações que, naquela época, eram tidos como admissíveis? Ora, em geral, só se conhecem alguns deles. Uma tal amostragem limitada, e cuja representatividade não é assegurada, não permite chegar a conclusões sobre uma época inteira, nem evidenciar sua unidade profunda. A validade das inferências locais não se estende à sua generalização. E como objetos tais que a *epistème* e a visão de mundo não dão conta da realidade que lhes é atribuída apenas pela

demonstração supostamente capaz de prová-la de maneira infalível, a invalidação desta acarreta uma recusa daquela. Segue-se que estamos aqui não diante de objetos reconstruídos a partir de fontes por meio de procedimentos de reprodução, mas diante de ficções projetadas na história pela imaginação.

Levar a compreender, levar a saber, levar a sentir: interiorizadas, as exigências que o público apresenta à história conduzem os historiadores a introduzir em seus trabalhos objetos fictícios e a falar deles como se fossem reais. A isso se acrescentam certos efeitos da própria narração. Toda obra histórica confere a seu assunto uma certa individualidade: ela estabelece para ele um início e um fim, traça em torno dele uma fronteira e elimina tudo o que não diz respeito a ele. Entre o início e o fim, ela gerencia transições e cria, portanto, uma aparência de continuidade numa matéria que é sempre, irremediavelmente, lacunar. A partir do momento em que se faz mais do que descrever as próprias fontes, os procedimentos de reconstrução acionados e os referentes intencionais e implícitos – quando, dito de outra forma, não nos contentamos mais com a prosa ascética dos catálogos, inventários, anais, dicionários, cronologias, relatórios de escavações –, certos elementos fictícios são introduzidos simplesmente porque se respeita a autonomia da narração. De tudo isso, durante muito tempo, os historiadores não se davam conta. Foi o trabalho de crítica desenvolvido durante mais de um século que fez com que eles tomassem consciência da necessidade de desmascarar incansavelmente as ficções ocultas na história e da impossibilidade de eliminá-las completamente, de uma vez por todas.

Pois as ficções não são somente intrusões inertes das quais a história pode se desembaraçar sem nada perder. Elas desempenham um papel heurístico: os prolongamentos ou as variações imaginárias dos dados do conhecimento engendram novas questões, conduzem a recolocar em questão os conhecimentos adquiridos, que se acreditavam incontestáveis, suscitam controvérsias que podem se tornar fecundas. Em todos esses casos, acontece de ocorrer um impulso à pesquisa de novos fatos, que darão origem, assim, a novas constatações, válidas porque obtidas por meio de procedimentos de reprodução, mas geneticamente devedoras das ficções. A importância das ficções é ainda maior para a busca da inteligibilidade. As tentativas de descobrir, pelos meios próprios à história, a ação iminente dessas, das entidades reconhecidas como reais pelas filosofias, ideologias ou ciências sociais – umas após as outras e umas contra as outras – levaram a povoá-la de ficções, desde o Espírito até a *epistème*.

Mas antes de terem sido desmascaradas e desacreditadas, essas entidades, anteriormente tidas como reais, satisfazem, por sua vez, a necessidade de uma história que seja mais que uma coleção de fatos. De uma história da qual se sabe para que fim se dirige. Ou, mais modestamente, de uma história da qual se está apto a explicar porque tomou tal

percurso e não outro. E, ainda mais modestamente, de uma história composta de fatos cujos traços distintivos se compreendem. Ora, essas diversas explicações tiveram, elas também, um papel heurístico: inspiraram novos questionários, valorizaram domínios ou períodos negligenciados e levaram a hipóteses cuja verificação fez avançarem os conhecimentos. O mesmo se passa hoje em dia. Por todas essas razões, que, como se viu, não são as únicas, a história não poderia prescindir das ficções. Exatamente como a construção de um imóvel não pode prescindir dos andaimes, que são desmontados uma vez terminada a construção e estabilizado o imóvel sobre suas próprias fundações. Com uma diferença: é que, no caso da história – edifício sempre inacabado –, os andaimes só são desmontados para que novos possam ser reinstalados, sem mais tardar.

*

O que acabamos de dizer não se aplica apenas à história e à ficção. O conhecimento, sob todas as suas formas, não poderia de fato prescindir da imaginação, da mesma forma que o registro do dado não pode dispensar sua projeção sobre pressupostos apriorísticos. Para se convencer disso basta pensar na evolução da física, o melhor exemplo de um esforço milenar para ultrapassar o ponto de vista antropocêntrico e despistar, entre as entidades tidas como reais, aquelas que não passam de invenções humanas. Esforço eficaz, pois incontáveis conceitos aparentemente fundamentados na experiência foram relegados à categoria de ficção. Mas esforço interminável, pois tudo leva a crer que as mesmas situações se reproduzirão indefinidamente no futuro. O conhecimento jamais é, portanto, puro. E a imaginação jamais é privada de toda relação com o real. A percepção, a demonstração matemática, a hermenêutica, a quantificação e a observação diferem, no entanto, em seus próprios princípios, da imaginação, tanto em razão de seus mecanismos quanto no que diz respeito à validade de seus resultados. As primeiras são, devido a isso, objetivadas e autônomas, por isso, em relação a seus autores, os produtos da imaginação jamais o são completamente, mesmo quando se sabe imitá-los ou copiá-los, permanecem únicos. Os resultados do conhecimento, obtidos em compensação por processos reproduzíveis, são estáveis em relação a variáveis individuais, o que lhes confere uma total independência no que diz respeito a sua gênese e a seus autores. O fato de que o conhecimento apele para a imaginação não chega a abolir, de forma alguma, a fronteira que os separam. O mesmo se dá no caso da história e da ficção. Mesmo comportando adjunções fictícias, uma narrativa histórica difere de uma narrativa fabular, porque convida a sair do texto e programa alterações que permitem estabelecer uma relação cognitiva com uma realidade extratextual. Afirmar que a história jamais é pura não significa, portanto, contestar a realidade da fron-

teira que a separa da fábula. Significa, ao contrário, sublinhar que essa fronteira, fronteira movediça que sofreu no passado diversos deslocamentos, jamais foi abolida. É que é inconcebível que um dia ela venha a ser.

Tradução autorizada em março de 2002

Notas

* Publicado em *Sur l'histoire*. Paris, Gallimard, 1999. Tradução e publicação da tradução autorizadas pelo autor e pela editora.

** Doutora em História Social e professora do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

*** Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP.

¹ A palavra “narrativa” está traduzindo o vocábulo francês *narration*. A partir daqui, traduziremos esse vocábulo também por “narração”, pois ele pode de fato corresponder a esses dois termos, na língua portuguesa. Usaremos “narração” quando estiver de alguma forma presente a idéia do ato de narrar enquanto processo, bem como quando se tratar de “narrações científicas”, ao passo que preferiremos “narrativa” para designar o produto desse processo, ou seja, o texto narrativo. Lembremos ainda que *narration* pode ser traduzido igualmente por “relatos”, vocábulo pelo qual optaremos em certos casos (por exemplo “relatos de viagem”), sobretudo no segundo capítulo (N.T.).

² Neologismo forjado pelo autor (N.T.).

³ Esse vocábulo, que não é um sinônimo de *gráfico*, não é registrado pelo *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira* (Rio Janeiro, Nova Fronteira, 1986). Forjado, evidentemente, a partir da raiz grega *graphin*, escrever, ele aparece em francês em 1926, no campo da matemática e designa a *função de* (*Le Nouveau Petit Robert*, 1995) (N.T.).

⁴ No original, *pétition de principe*: erro lógico pelo qual se considera como admitindo, sob uma forma um pouco vaga, aquilo que deveria ser demonstrado (N.T.).

⁵ Tal vocábulo não consta na edição anteriormente citada do dicionário de língua portuguesa. Em francês, esse termo grego foi adotado a partir de 1965 para designar o conjunto dos conhecimentos organizados próprios a um grupo social e uma época (concepção do mundo, ciências diversas, filosofia, etc.) (N.T.).